



Comunicação COVID19
Ponto de situação 18 de abril

Sábado, 18 de abril de 2020

INFETADOS CONFIRMADOS

19.685 CASOS DE COVID-19

MAIS 663 CASOS DO QUE ONTEM

NÚMERO DE INFETADOS SUBIU 3,48 %



ÓBITOS

687 VÍTIMAS MORTAIS

MAIS 30 VÍTIMAS MORTAIS (+4,56%)

NORTE-393

CENTRO-157

LISBOA E VALE DO TEJO-124

ALENTEJO-0

ALGARVE-9

AÇORES-4

MADEIRA-0

610 CASOS DE RECUPERAÇÃO

5.166 AGUARDAM RESULTADOS

162.711 CASOS SUSPEITOS DESDE 1 DE JANEIRO

1.253 INTERNADOS (6,36%) / 228 UCI (1,15%)



Governo quer anunciar calendário de “desconfinamento” em 30 de abril.

Portugal segue tendência global de maior letalidade nos homens

Alunos do superior poderão regressar às aulas presenciais (aulas práticas e laboratoriais) gradualmente a partir de 4 maio.

Terceiro período do estado de emergência.



MANCHETES, DESTAQUES E PRIMEIRAS PÁGINAS DA IMPRENSA



Um mês na linha da frente. (Online)– Na luta contra a covid-19, equipas do INEM também cuidam dos seus. Novo estado de emergência prevê celebrações do 1.º de Maio com distância social e liberta Ovar da cerca. Abuso no contrato a prazo eleva risco de desemprego após o lay-off. Jovens são os mais ameaçados pelo desemprego e a pobreza. Covid-19: Governo quer que universidades comecem a retomar as aulas em maio. Portugal é um dos países que mais testes de diagnóstico fazem no mundo. Cada um custa 87,95 euros ao SNS.



O país que resiste ao vírus. Os homens que mantêm a rua limpa na quarentena. Como um hospital se transforma para receber doentes com covid. António Damásio. "Há três palavras mágicas para o que vivemos: tragédia, incerteza e esperança. Herman José. "A única grande preocupação seria a minha mãe e ela vive comigo". Reportagens. "Economia? Aqui na favela temos medo é da doença". Da prisão á liberdade. Miguel e os primeiros dias do resto de uma nova vida. Opinião de Augusto Santos Silva. Política externa em tempo de pandemia. **(Online)** – Covid-19 fez subir consumo de álcool e comida pouco saudável.



Um milhão volta ao trabalho até junho. Regresso gradual à normalidade só vai ser definido no final de abril. Serviços públicos com acesso limitado a utentes. Heróis de farda abraçam heróis de bata. Sondagem CM. Maioria contra libertação de presos. Advogado acusado de mudar acórdão. Carlos Alexandre sem medo da Covid-19 avança com processo. Filipe Duarte. Enfarte

mata ator aos 46 anos. **(Online)** País tem um milhão de testes para o coronavírus em stock.



Lares rejeitam voluntários por falta de formação. Turismo. Dinheiro de viagens canceladas devolvido apenas em 2022. Zoológicos em luta para alimentar animais. Bruno Pidá – Homicida em liberdade com licença precária de 45 dias.



(Online) Cerca sanitária em Ovar vai ser levantada "depois de dois períodos de 15 dias". Portugal registou aumento de casos mais baixo num mês.



(Online) Fitch revê em baixa perspectiva para Portugal. A agência de notação financeira pronunciou-se sobre a qualidade da dívida da República, cortando o outlook de positivo para estável. O rating de Portugal mantém-se dois níveis acima de lixo.



(Online)- Fitch baixa perspectiva de Portugal. Teme impactos do Covid-19. Orçamento suplementar até julho. Contenção? "Aumento da despesa", diz Costa. Estado arrisca perder 4,7 mil milhões em impostos por causa da pandemia. Estado não vai pagar indemnizações às concessionárias de autoestradas. Ajusta prazo dos contratos. O Governo vai dar apoios de 69 milhões de euros a fundo perdido, a empresas e entidades que produzam bens e serviços para combate à pandemia de Covid-19. Garante aprovação em 10 dias úteis.



(Online)- Fitch revê em baixa perspectiva para Portugal. Média privados dizem que apoio de 15 milhões "fica aquém do justo e necessário". Acesso a cabeleireiros será por marcação e com número limitado de clientes.



Luís Castro Henriques-AICEP- “Portugal captou três projetos de investimento estrangeiro em plena pandemia”. José Rui Felizardo “A sustentabilidade fará parte das nossas escolhas enquanto consumidores e indústria”. Compra de meios aéreos domina os contratos públicos. Governo faz levantamento de restrições, por fases, já em maio. **(Online)-** Fitch ameaça Portugal e corta outlook da dívida soberana. Estão em lay-off 6% das empresas. Empregam um milhão.

OBSERVADOR

(Online)- Como os outros países estão a voltar ao normal. A Dinamarca abriu escolas, a República Checa já permite viagens "essenciais" além-fronteiras e a Áustria reabre os centros comerciais a 1 de maio. As diferentes estratégias para a saída da quarentena. Praias vão ter restrições no verão. O que revelam as atas das reuniões do estado de emergência. A falta de equipamento, a novela do cruzeiro e a descoordenação. Os próximos dias serão diferentes? Já está quase a acabar? Como vão ser os últimos 15 dias de recolhimento. Marcelo já promulgou novo estado de emergência. "Mais velhos devem resistir e lutar pela vida", Manuel Alegre. Parlamento Europeu insiste com "recovery bonds".



António Costa revela o plano para reabrir o país. Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia: "É preciso uma enorme onda de investimento". Charles Michel, presidente do Conselho Europeu: "Dinheiro não pode ser usado para dívidas passadas". Isabel Vaz, CEO do Grupo Luz Saúde: "Serviços públicos foram apanhados de calções na mão". Mais de 100 professores estão a gravar aulas para a telescola. Fome: refeições sociais já triplicaram. 90% dos infetados estão em casa. Como são tratados? Covid-18. PIB per capita com maior quebra desde 1975. Ex-ministros pedem contenção no Retificativo. Luís de Guindos, vice-presidente do BCE: "Não iremos autorizar qualquer fragmentação do mercado de dívida". Revista E: Maria Manuel Mota. "Este é um vírus relativamente bonzinho". Ficou-se menos em

casa nos concelhos mais afetados. Pesquisa da NOS prova que concelhos com maior mobilidade têm mais infetados. Esta semana, os portugueses já começaram a sair mais.



A hora da verdade. Quatro irmãos em quatro países. Golpe na TVI. Agnês Borel e Pilar del Rio foram substituídas na administração na Media Capital por Martínéz-Estéllez e Manuel Alves Monteiro, este último foi conselheiro de Manuel Vicente e é colega de Lacerda Machado numa empresa de Mário Ferreira, que entrou no capital da Cofina para compara a TVI. 10 mil imigrantes brasileiros já deixaram Portugal. Manuel Lemos “O pior são os lares de crianças com deficiência. Nem percebem bem por que não podem dar um abraço”. André Jordan “A ostentação acabou. Estamos obrigados a ser solidários”. “Vírus chinês”. Expressão de juiz revolta Associação de Chineses. Ramalho Eanes. Propõe transformação de ateliê no Estoril em “Centro Artístico” Noronha da Costa. **(Online)**- Já morreram mais de 33 mil pessoas nos EUA.



(Online)- Começou 3º período de Emergência; EUA superam 700 mil casos.

SÁBADO

(Online). Ao telemóvel desta médica, uma filha despediu-se do pai com Covid. “Ele não estava sozinho”. Coronavírus: Boaventura de Sousa Santos vê capitalismo neoliberal a incapacitar o Estado. Rui Pinto vai ser julgado por um fervoroso adepto do Benfica, por Carlos Rodrigues Lima. Coronavírus: Época balnear é “incerta” e podem faltar nadadores-salvadores.

VISÃO

(Online)- Cada vez mais provas de que coronavírus também ataca coração, rins, fígado e sistema neurológico. Covid-19: Todos os infetados têm febre? Nem metade (longe disso, na verdade). Covid-19: Com a máscara social, “a indústria têxtil vai ajudar a salvar a economia”.



Escolas, lojas e praias. Governo quer ter calendário de "desconfinamento" até ao final do mês. Mulheres e pessoas em teletrabalho são os mais ansiosos e tristes com a pandemia. Os idosos são os que se sentem menos preocupados com os efeitos da Covid-19. Cientista Maria de Sousa frequentava clínica com inúmeros casos de Covid-19. Época balnear é "incerta" e podem faltar nadadores-salvadores. Distanciamento entre os banhistas é difícil de controlar.



Morte sem adeus. Como os funerais de Covid-19 transformam o luto. Angustiados, tristes ou ansiosos. Pandemia já afeta saúde mental de mais de 80% dos portugueses. Autoridades italianas confiantes que pode estar a acabar fase aguda da pandemia. Tenho de continuar em casa? O que muda e o que se mantém no renovado estado de emergência



Saúde mental dos portugueses está pior desde o início da pandemia. Covid-19. Ovar acorda sem a cerca sanitária. D 1º de Maio pode ser celebrado, mas com "distanciamento adequado" diz Governo. David Neeleman. O que a TAP precisa é de "uma garantia estatal" para se financiar. O Governo anunciou que vai abrir novos concursos do PT 2020 para incentivos à produção nacional de bens e serviços, no âmbito do combate à Covid-19.



FRASES DO DIA

ANTÓNIO COSTA em entrevista ao EXPRESSO

- “Reanimar sem descontrolar. O vírus não hiberna no verão”**
- “Em abril temos de conseguir fazer com que a curva que está a planar possa começar a decrescer e temos de fazer duas coisas fundamentais para dar confiança à sociedade: dispormos em abundância de material de proteção individual, desde máscaras, gel, etc., e de medidas de higienização dos locais de trabalho, dos espaços públicos, dos transportes públicos – que é uma operação mais complexa”.**
- “Gostaríamos também de ir mantendo o maior número de pessoas em teletrabalho durante o mês de maio, para evitar essa concentração, e que a saída do teletrabalho se possa fazer também de uma forma faseada.”.**
- “Não vamos ter normalidade até haver vacina.”**
- “A pandemia vai andar por aí, quando libertarmos o confinamento, aumenta o risco imediatamente de haver maior contaminação.”.**
- “Dando o exemplo de Lisboa, não é a mesma coisa abrir as lojas em Alvalade ou em Benfica ou abrir na Baixa-Chiado.”.**
- “Num cinema, a lotação é restrita, os lugares passam a ser todos marcados, só podem vender bilhetes de duas em duas filas, de três em três cadeiras.”.**

- **“A aglomeração nas praias não vai poder existir. As autarquias e as capitánias vão ter de tomar as medidas necessárias”.**
- **“Nas escolas e nos transportes públicos vai ser obrigatório o uso de máscara comunitária.”.**
- **“O risco de colapso foi ultrapassado quando nos afastámos da linha de crescimento exponencial. Até agora não há um caso em que tenhamos tido qualquer tipo de rutura do SNS. Agora, o que temos é de garantir que com as medidas de desconfinamento que vamos adotar o desenvolvimento da pandemia não provoca essa tensão no SNS.”.**
- **“O país não precisa de austeridade, precisa de relançar a economia. ”.**
- **“Não dou uma resposta que amanhã não possa garantir”.**
- **“É preciso perceber que não é altura de contar tostões em matéria de saúde pública, mas temos de ter em conta que há um amanhã.”.**
- **“A posição alemã claramente não é igual à da Holanda”.**

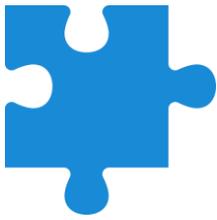
“Deveríamos estar mais preparados e ninguém ligou aos avisos”, António Damásio, médico neurologista.

“Vai haver constrangimentos de ordem orçamental”, Rui Rio, Presidente do PSD

Muita coisa vai mudar depois disto passar, dizem alguns. Vamos ter de olhar para a vida de maneira diferente, juram. Uma das coisas que talvez mude é a ideia de que vale a pena viver tanto tempo., Miguel Sousa Tavares, Comentador.

A PANDEMIA NA EUROPA E NO MUNDO

- Mais de 150 mil mortos e mais 2,2 milhões de infetados no **mun**do.
- O número de mortes diárias na **Espanha** cai para 565 e ultrapassa 20.000 no total.
- Mortes em **Itália** ascendem a 22.745, com redução de infetados e hospitalizados.
- Número de mortes em **França** ultrapassa as 18.500.
- **Alemanha** regista mais de 4 mil vítimas mortais.
- **Reino Unido** regista mais 847 mortes, total de óbitos é agora 14.576.
- **Bélgica** regista mais 290 mortes, para um total de 5.453.
- **Estados Unidos** com mais de 700 mil infetados e mais de 36 mil mortos.
- **Trump** acusa novamente a China de dissimular número de mortos.
- Novo recorde diário para o **Brasil** com 217 mortos e 3.257 novos casos.
- **Irão** anuncia mais 89 mortes, balanço total perto de 5.000 óbitos.
- **China** regista dez novos casos de contágio local e 17 importados.
- **África** com mais de mil mortes e quase 20 mil infetados.
- **Japão** regista mais 556 casos, elevando total para 9.795.
- **Alemanha** recebe 47 menores provenientes dos campos de refugiados gregos.
- **Turquia** liberta milhares de presos, mas exclui jornalistas e ativistas.



ARTIGOS SELECIONADOS

AS TRÊS FASES PARA "ABRIR A AMÉRICA OUTRA VEZ". O PLANO DE TRUMP PARA FAZER RENASCER O PAÍS.

O plano chama-se "Abrir a América novamente". Na fase um, os trabalhadores voltam ao trabalho de forma faseada. Na fase dois, as escolas abrem. Na fase três, os Estados Unidos voltam a um "novo normal". Eis o plano de Trump para abrir a América. Considerando que manter o país fechado "não é uma solução sustentável", Donald Trump anunciou: "Vamos abrir o nosso país. Os americanos querem que aconteça".

E vai acontecer em três fases. "Não vamos abrir tudo ao mesmo tempo", disse ainda, garantindo que vai dar um passo de cada vez. Mais: "Alguns estados vão poder abrir mais cedo do que outros". Trump adiantou também que os governadores poderão tomar decisões com base nas necessidades do respetivo estado. "Se eles [os estados] precisarem de continuar fechados, iremos permitir que o façam. Se eles acharem que é hora de reabrir, iremos dar-lhes a liberdade e orientação para o fazer", disse.

O plano é simples. Se o número de infeções estiver a diminuir durante duas semanas, o estado avança para a fase um. Se nas duas semanas seguintes continuar a diminuir, avança para a fase dois. E se, por fim, o número de casos continuar a diminuir nas duas semanas que seguem avançam para a fase três.

FASE 1- DO REGRESSO AO TRABALHO FASEADO À ABERTURA DOS GINÁSIOS

A população no geral: todos grupos de risco devem continuar isolados — a ideia é que os primeiros cidadãos a sair de casa sejam os mais saudáveis. Em público, devem manter-se a distância social máxima, de cerca de dois metros e devem evitar estar em locais com mais de 10 pessoas. As viagens não essenciais também devem ser excluídas.

Os trabalhadores: manter o teletrabalho sempre que possível. Os trabalhadores devem regressar de forma faseada e progressiva. Primeiro 20%, depois 25% e assim sucessivamente. Também os trabalhadores devem evitar viagens não essenciais e as empresas devem manter fechados espaços onde os funcionários normalmente se aglomeram e interagem. Para a população vulnerável que, mesmo assim, tem de trabalhar, deve ser considerada a hipótese de haver espaços destinados a estes funcionários.

Os estabelecimentos: as escolas continuam fechadas, enquanto que as visitas em hospitais e lares permanecem proibida. Restaurantes, cinemas, estádios e outros espaços alargados só podem reabrir se tiverem protocolos rigorosos de distanciamento. O mesmo se diga dos ginásios que também só poderão reabrir com regras restritas de distância social e higiene. Já os bares continuam fechados.

FASE 2 - DA POSSIBILIDADE DE FAZER VIAGENS À ABERTURA DE ESCOLAS

A população no geral: mesmo nesta fase, todos grupos de risco devem continuar isolados. Em público, devem continuar a manter-se a distância social máxima,

evitar estar em locais com mais de 50 pessoas (ao contrário das 10 pessoas da primeira fase). Mas as viagens não essenciais já podem voltar a ser feitas.

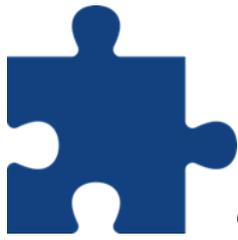
Os trabalhadores: o teletrabalho deve continuar a ser mantido sempre que possível e os espaços onde os funcionários normalmente se juntam e interagem devem continuar fechados. O mesmo com os espaços destinados à população vulnerável que tem de continuar a trabalhar. Tal com a população em geral, também os trabalhadores poderão realizar viagens não essenciais.

Os estabelecimentos. As escolas poderão reabrir, mas as visitas em hospitais e lares permanecerão proibidas. Os protocolos de distanciamento em restaurantes, cinemas, estádios e outros espaços alargados passarão a ser mais moderados e os bares poderão reabrir com um limite de lotação máxima reduzido. Os ginásios devem continuar a seguir regras restritas de distância social e higiene.

FASE 3 - O NOVO NORMAL ATÉ À VACINA – COMO SERÁ A TERCEIRA FASE

As restrições serão levantadas, mas os cidadãos devem continuar a seguir regras de distanciamento social e de higiene. A população mais vulnerável também poderá sair de casa, mas deve evitar estar em sítios onde não é possível manter a distância. Mesmo a população saudável deve evitar multidões. Deixam também de haver restrições para as empresas e para os seus trabalhadores. Os protocolos de distância social devem continuar a ser mantidos em restaurantes, cinemas, estádios e outros espaços alargados, bem como nos ginásios. Os bares podem alargar o limite de lotação.

Fonte: Observador



OPINIÃO

10 PERGUNTAS PARA O PÓS-COVID-19 - JOSÉ TOLENTINO MENDONÇA

1. O processo gerado pelo vírus acelerará apenas as assimetrias e os egoísmos do velho mundo ou motivou-nos a compreender que estamos no mesmo barco e que só há futuro na cooperação e na implementação de outros modelos de existência coletiva?
2. Quando as portas das nossas casas se reabrirem, sairemos pesados e a medo, incapazes de vencer a distância que nos separa dos outros ou vamos abraçar como irmãos reencontrados? Perderemos ou não a espontaneidade? Finalmente ultrapassaremos a paranoia do outro como rival, estranho e inimigo para pensá-lo como semelhante e aliado?
3. Quando reabrirmos as fronteiras passaremos, de facto, para uma nova etapa da globalização, mais conscientes dos riscos que ela comporta (pandemias, danos ambientais, mutações climáticas, precarização do trabalho e exclusão) e também mais capazes de construir uma nova ordem social e planetária assente na justiça?
4. Deixaremos de considerar a terra um objeto para ser ilimitadamente explorado, segundo os nossos interesses, ou vingará a ideia de que a terra e

o cosmos sejam considerados, pelo direito internacional, como sistemas vivos, com o seu equilíbrio e as suas regras?

5. Compreenderemos finalmente que está tudo interligado, como insistiu o Papa Francisco na encíclica "Laudato Si": o grito da terra e o grito dos pobres, a situação sub-humana a que estão condenadas multidões de seres humanos e a fragilidade ignorada do planeta?
6. Ainda fará sentido a previsão que decretava o fim da alimentação cozinhada em casa, pois todos nos tornaríamos clientes de uma app de food delivery? Ou reencontraremos outros ritmos que não os da ditadura da vida frenética (aprendendo a desacelerar) e outros sabores que nutram também a alma (reaprendendo a cultivar a nossa humanidade)?
7. A União Europeia terminará, como um monumental museu de boas intenções que se afunda, ou esta será precisamente a estação do seu relançamento?
8. Saberemos construir alternativas à massificação e reinventar uma escala mais humana para a convivência, para a arquitetura das nossas cidades e para a qualidade das nossas relações?
9. Saberemos cuidar dos médicos, enfermeiros e cuidadores que tiveram a experiência direta deste trauma? Rapidamente preferimos declará-los como heróis, e são, mas são também seres humanos vulneráveis como nós, que tiveram de esgotar os seus recursos para enfrentar a dor, o medo e a solidão dos pacientes, muitas vezes em estruturas inadequadas e tendo de

operar com meios insuficientes. A compaixão e o cuidado deixam, não raro, uma fadiga interna, que tem de ser tratada. Como o faremos?

10. Triunfará uma visão mais integradora da vida, que compreenda a importância de valores como o dom, a gratuidade e a partilha, e nos capacite, por exemplo, para uma síntese mais equilibrada entre pessoa e comunidade, entre vida material e vida espiritual?

Fonte: Expresso- Revista

UM BRETTON WOODS DIGITAL PÓS-COVID-19

Quando os líderes mundiais se reuniram em Bretton Woods, New Hampshire, em 1944, lançaram as bases para um modelo de governança global que duraria mais de 70 anos. Para gerir as implicações de longo alcance da tecnologia digital e da Hiper globalização, precisamos agora retomar o processo onde é parou.

WATERLOO, CANADÁ – A pandemia global do COVID-19 transformou o que antes era impensável em legislação. Os governos subscrevem negócios e cuidados de saúde e regulam o comportamento pessoal, de modos sem precedentes. As principais instituições financeiras multilaterais do mundo – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – são solicitadas a jogar fora seus livros de regras para salvar as economias em desenvolvimento perante as ameaças globais.

Mas quando a pandemia passar, um ajuste de contas fiscal de alguma forma será essencial. Afinal, a conta da pandemia será um dia vencida, e os governos precisarão ter muito mais certezas do que as que têm hoje, de que empresas e indivíduos poderão pagar sua parcela justa de impostos. Isso ocorrerá num

ambiente de governação global que já estava a mudar radicalmente, devido ao impacto das tecnologias digitais.

Muito antes da pandemia, havia uma necessidade crescente de repensar as instituições globais por via das realidades imateriais, do mundo de intangíveis. Agora, esse processo tem de ser acelerado e em breve dará início a um período em que as instituições de Bretton Woods, os pilares da governação global desde a Segunda Guerra Mundial, serão julgadas e provavelmente reinventados.

A DIFERENÇA TRIBUTÁRIA

No final de novembro de 2019, uma dúzia de estados membros da UE votou contra uma regra proposta para forçar empresas multinacionais a relatar os lucros obtidos em cada país da UE. Essa medida modesta teria permitido aos países europeus recolher a receita da atividade comercial de seus próprios cidadãos em plataformas como Amazon, Facebook e Google. Os gigantes digitais operam em todo o mundo, mas seus lucros relatados estão desproporcionalmente concentrados em países com as menores taxas de impostos corporativos.

Um desses paraísos fiscais - e um dos países que se opuseram à mudança de regra - é a Irlanda, cujas políticas fiscais ajudaram a impulsionar uma corrida global ao fundo. Metade de todos os impostos corporativos pagos no país vêm de apenas dez multinacionais, e 20-60% das receitas governamentais de impostos corporativos são devidas a "excesso", que o Conselho Consultivo Fiscal irlandês define como "[receitas] além do que seria projetado com base no desempenho subjacente da economia e nas normas históricas / internacionais. "

Em outras palavras, como a falta de governança e coordenação distorceu totalmente os princípios de equidade e eficiência nos regimes tributários, a Irlanda está a tributar os lucros auferidos noutros lugares. E este é apenas um exemplo do desfasamento mais amplo entre plataformas digitais e seu contexto sociopolítico, que certamente aumentará depois de a crise do COVID-19 passar e das necessidades orçamentais nacionais aumentarem.

COORDENAÇÃO DIGITAL

Globalmente, a infraestrutura digital está a passar por uma transformação abrangente. Enquanto a primeira onda de expansão da Internet caracterizou a proliferação de redes abertas, agora estamos no meio de uma corrida armamentista digital. A competição entre pilhas de software, capacidades de recolha de dados e modelos de negócios digitais está a criar conflitos nas economias desenvolvidas e emergentes e nos países democráticos e autoritários. A questão é a arquitetura principal da própria economia digital. A dinâmica fundamental da estrutura atual está a sobrecarregar as instituições de governança global e exige a criação de um novo conjunto de estruturas legais, regulatórias e éticas. Embora o crescimento natural da Internet e da economia digital pareça gradual e evolutivo, devemos reconhecer que estamos realmente à beira de uma mudança revolucionária.

Perguntas sobre governança digital serão fundamentais para a reconstrução de nosso mundo pós-pandemia. As tecnologias digitais e o coronavírus são manifestações de uma era de hiperglobalização desregulada e a pandemia ameaça aprofundar a divisão económica, geopolítica e tecnológica entre os

Estados Unidos e a China. Ao nível nacional, a capacidade dos governos de captar recursos e financiar políticas públicas a preocupações com privacidade, liberdades civis e segurança, questões adjacentes à tecnologia que estavam a surgir na agenda política antes da crise atual, exigirão atenção ainda mais urgente agora.

Afinal, os governos emergentes do atual choque económico terão extrema necessidade de receitas fiscais. E após o bloqueio em toda a sociedade, as tecnologias que se tornaram profundamente incorporadas nas nossas vidas mais ou menos da noite para o dia precisarão ser examinadas. Como mostram as recentes controvérsias sobre o serviço de videoconferência Zoom, os formuladores de políticas devem analisar com atenção questões como a privacidade de dados, a tecnologia de vigilância, as desigualdades incorporadas em algoritmos e a integridade do nosso ecossistema de informações.

Claramente, o status quo de uma economia de plataforma não tributada e amplamente não regulamentada, não é mais sustentável. Tal como após a Segunda Guerra Mundial, o mundo enfrenta novamente um fosso entre os desafios sociais, económicos e políticos e a configuração do nosso sistema de governança. Portanto, é hora de conceber um novo Bretton Woods para a era digital pós-pandemia.

CONCENTRAÇÃO VIRTUAL

A Internet já foi caracterizada pela ausência de centralização. Mas agora o que mais importa são as concentrações de dados e a capacidade computacional. A economia de plataforma, a inteligência artificial (IA), o estado de vigilância e a

computação quântica exigem conjuntos de dados em larga escala e a centralização das interligações.

Estas novas capacidades estão a revolucionar todos os setores económicos importantes, desde serviços financeiros, media e saúde pública, até os transportes e agricultura. Tendo sido construído sobre a nova infraestrutura digital, a capacidade computacional e as análises orientadas por IA agora impulsionam a economia global.

No entanto, eles também estão a absorver a tomada de decisões e a expandir o poder daqueles que controlam os dados. Essa nova realidade apresenta desafios políticos difíceis, porque produz resultados económicos que levam ao vencedor, concentrações de influência que contornam as instituições democráticas, ameaças imprevistas à segurança nacional e humana e novos blocos geopolíticos.

Enquanto a economia industrial era dominada pela produção, comércio e consumo de bens tangíveis, a economia digital baseia-se na produção, recolha e proteção de informações. Opera de acordo com um sistema inteiramente novo de incentivos à produção e inovação e à captura e distribuição de ganhos financeiros. Frequentemente, a fonte de valor não reside na produção ou troca, mas nos direitos de propriedade intelectual. De facto, a IP é agora o ativo mais valioso do mundo, respondendo por 84% do valor total das empresas do S&P 500.

Este desequilíbrio reflete-se na desconexão entre as instituições existentes de governança financeira e a economia real. Assim como os acordos comerciais que regem os ativos tangíveis procuram abrir mercados estrangeiros e obter

economias de escala, a governança dos intangíveis deve-se concentrar na proteção de dados e dos IP's. Infelizmente, a atual abordagem aleatória da gestão da economia digital reforçou as divisões geopolíticas. China, Estados Unidos e União Europeia representam sistemas distintos com normas, regimes regulatórios, valores e interesses corporativos e estatais incompatíveis.

A China, por exemplo, construiu uma firewall para proteger grandes campeões de tecnologia como Baidu, Tencent e Alibaba, e agora os ajuda a expandir seu alcance globalmente por da estratégia da Nova Rota da Seda, fornecendo até ferramentas de alta tecnologia a outros governos autoritários para ajudá-los a manter o controle social e económico. À medida que o softpower chinês se estende ao transporte de suprimentos médicos durante a pandemia, estamos a assistir a uma convergência dos objetivos estratégicos e de infraestrutura digital do país. Talvez o equipamento de proteção individual e outro suporte de emergência oferecido pela China à França ou ao Canadá mudem o pensamento desses países sobre como conceder contratos 5G.

Os EUA também defenderam agressivamente suas próprias empresas de tecnologia - Facebook, Amazon, Google, Netflix, Microsoft e Apple, em particular - ao garantir regras internacionais favoráveis sobre partilha e recolha de dados, governança de plataforma e IP (mais recentemente nos EUA- México-Canadá), contando com uma abordagem regulatória do laissez-faire. Finalmente, a UE, que não possui nenhuma empresa global de tecnologia digital competitiva, limita-se a estabelecer normas e regulamentos, regimes de direitos de dados e política de

concorrência, esperando exportá-los como um modo de influência global e criação de mercado.

Por trás dessas rivalidades estão questões concretas que exigem governança global. Precisamos de um fórum para equilibrar e idealmente reconciliar tensões entre liberdade de expressão e privacidade on-line, e agora entre proteções de privacidade e a necessidade de vigilância para rastrear a propagação de doenças contagiosas. Outros pontos de discórdia incluem a governança de ativos tangíveis e intangíveis, direitos individuais e proteções coletivas e incentivos à inovação versus a necessidade de regulamentação apropriada e tributação adequada.

ATUALIZADO E DESFOCADO

O problema é que nossas instituições globais atuais foram construídas para um mundo diferente. Quando os líderes mundiais de então se reuniram em Bretton Woods, New Hampshire, em julho de 1944, concordaram com o projeto de um sistema institucional global para interromper as guerras entre países e regular o funcionamento da economia tangível.

Mas esse sistema era para um mundo de fronteiras, produção industrial e comércio de mercadorias e manufaturados. O mundo digital não é nada disso. À medida que emergimos de outro período de desestabilização global, precisamos igualmente de uma nova estrutura de governança.

No futuro, uma opção, é claro, é reconhecer a complexidade e os desafios tecnológicos de regular a esfera digital em rápida mudança e delegar a governança às próprias plataformas. Isso já está começando a acontecer com pagamentos digitais e conteúdo online. A iniciativa Libra do Facebook e seu novo

conselho de moderação de conteúdo, por exemplo, apontam para um impressionante grau de autoregulação corporativa em domínios em que a jurisdição dos governos era, até recentemente, inequívoca e sem contestação.

Em nossa opinião, aceitar a tendência à autoregulação seria um erro profundo, até perigoso. A pandemia do COVID-19 mostrou porque as autoridades públicas precisam de ter acesso a dados precisos e oportunos. Só com esses dados podem projetar intervenções para o bem público e impedir que a desinformação agrave uma situação já preocupante. Apesar dos esforços significativos para policiar a desinformação médica durante a pandemia, os incentivos financeiros dos gigantes da tecnologia permanecem desalinhados com o interesse público.

Afinal, a desinformação do policiamento nas plataformas digitais nunca foi sobre parar os maus atores individuais ou sobre decisões individuais de moderação de conteúdo. Em vez disso, sempre foi sobre o design e os incentivos financeiros das próprias plataformas.

Um sistema dominado por um punhado de empresas em apenas dois países nunca poderia ser confiável para proteger o bem público global. Abordar uma vulnerabilidade estrutural exige regulação, governança, nunca apenas boa vontade. Dados os desafios colocados pela nova infraestrutura digital, fica claro que nossa única opção é criar instituições de governança ou regulação global.

O ponto de partida é evidente. A comunidade internacional deve realizar um encontro mundial para articular uma visão, estabelecer as “regras do jogo” e projetar uma arquitetura institucional internacional para uma nova era. E, ao contrário de 1944, quando os vencedores da Segunda Guerra Mundial e algumas

delegações de regiões e países mais pobres ocuparam todos os assentos da mesa, podemos manter essas discussões num fórum verdadeiramente global: o G20, cujos membros representam cerca de 90% do PIB global, 80% do comércio e dois terços da população mundial. O objetivo não é apenas criar instituições e processos, mas também reformular e fortalecer os existentes, quando apropriados, como demonstra o atual debate sobre a Organização Mundial da Saúde.

QUAL O PROGRAMA?

Uma agenda digital de Bretton Woods deve incluir cinco elementos:

Primeiro, precisamos de uma declaração universal sobre a Inteligência Artificial, dadas as desigualdades existentes no acesso a dados e capacidades analíticas, para não mencionar o potencial de longo alcance para uso indevido. Os algoritmos não são isentos de valor. Os dados nos quais eles confiam e as fórmulas que norteiam suas decisões tendem a refletir os preconceitos históricos e socialmente condicionados de seus designers.

Segundo, precisamos de um novo fórum de coordenação diplomática e global para superar a balcanização geográfica da gestão de dados. A zona da China centrada no estado e a zona dos EUA centrada na empresa são imagens espelhadas uma da outra: em nenhum caso os indivíduos têm soberania ou controle sobre seus dados pessoais. Por outro lado, o Regulamento Geral de Proteção de Dados da UE oferece um maior grau de controle às pessoas em questões de privacidade e uso de seus dados.

De uma perspectiva internacional, o maior problema é que as três zonas não podem "conversar" umas com as outras. Como resultado, nenhuma empresa de

tecnologia pode ser verdadeiramente global, porque tornou-se impossível cumprir as regras de uma zona, sem violar as das outras. A situação é uma receita para disfunção, aumento dos custos de transação e perda de credibilidade para empresas e governos. Os cidadãos de qualquer zona questionam corretamente se a tigela de espaguete de regras e protocolos é realmente do seu interesse. E ainda há a questão da Índia, Canadá, Japão, Austrália e a grande maioria dos países do mundo que restam para criar suas próprias regras híbridas ou pegar carona em uma das três outras zonas.

O terceiro item da agenda digital de Bretton Woods deve ser um novo regime global para abordar o problema da arbitragem tributária por multinacionais cujo valor deriva em grande parte de intangíveis. Em julho passado, a França decidiu unilateralmente introduzir um imposto de 3% sobre serviços digitais, visando efetivamente diretamente os gigantes da tecnologia dos EUA. Entretanto, a OCDE vem desenvolvendo uma estrutura multilateral que evitaria a evasão fiscal sem discriminar abertamente empresas específicas.

Quarto, e em uma nota relacionada, precisamos de definições padronizadas globalmente para medir todos os aspectos da economia digital e intangível. As atuais convenções estatísticas nacionais não estão totalmente harmonizadas ou não estão a funcionar. Assim como o Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas introduziu consistência nas principais estatísticas económicas a partir de 1947, uma convenção internacional sobre estatísticas para a era digital proporcionaria um bem público global semelhante. Também formaria a base para

uma boa pesquisa, formulação de políticas e ação cívica. Como em muitas outras áreas, as intervenções políticas serão tão boas quanto os dados permitirem.

Quinto. O mundo precisa de uma instituição específica para coordenação de políticas e regulações. A atual abordagem de "toque leve" da regulamentação digital tem semelhanças assustadoras com a regulamentação do setor financeiro em muitos países ocidentais, antes da crise financeira de 2008. Este desastre levou à criação do Conselho de Estabilidade Financeira e de outras instituições que agora fortalecem e harmonizam a regulamentação bancária no nível global.

Com base na experiência do FSB, o Centro de Inovação em Governança Internacional propôs um Conselho de Estabilidade Digital (DSB) para moldar padrões, regulamentos e políticas globais em toda a economia da plataforma. Esse novo órgão poderia oferecer conselhos sobre as melhores práticas, bem como informações sobre as ações regulatórias e políticas necessárias para lidar com as vulnerabilidades em tempo hábil. Poderia monitorar os riscos decorrentes das novas tecnologias - incluindo seu impacto na sociedade civil - e desenvolver intervenções reguladoras e políticas para enfrentá-las. E poderia garantir que seus esforços complementassem o trabalho de outras instituições, como a Organização Mundial do Comércio.

Além disso, o próprio sistema global de comércio precisa de novas regras para refletir big data e IA, além de uma estrutura atualizada para avaliar as implicações das novas tecnologias no comércio e na conformidade com as regras comerciais. A pandemia do COVID-19 fornece um ponto de entrada para o DSB, ou um

organismo global de coordenação de políticas semelhante, que pode começar a focar-se em questões relacionadas ao setor de saúde e dados de saúde.

MODELOS COMPROVADOS

Juntas, as infraestruturas digitais emergentes criaram uma camada de capacidade operacional dentro do sistema internacional. Elas permitiram novas formas de ação coletiva e de comunicação contínua em massa à escala global. Mas, embora essas capacidades tenham trazido enormes benefícios – por exemplo, fortalecendo novos movimentos cívicos, melhorando a inclusão social e política e impulsionando o crescimento da renda – elas também trazem custos sociais, políticos e económicos.

Plataformas digitais têm sido usadas para semear desconfiança e organizar grupos extremistas. Discursos prejudiciais estão a ser amplificados e direcionados a públicos vulneráveis e sugestionáveis. Nos EUA, esse tribalismo parecia levar as áreas de tendência republicana a desconsiderar os primeiros avisos da pandemia, evitando as medidas necessárias para limitar sua propagação. Algoritmos aparentemente avançados provaram ser atormentados por antiquíssimos preconceitos raciais, de género e sociais.

As plataformas digitais também estão a alimentar a polarização política e a deterioração do discurso público. Regimes iliberais e autocráticos têm aproveitado as novas tecnologias para minar instituições e eleições democráticas e sufocar o discurso e a atividade política. Esta tendência também foi acelerada pela pandemia, principalmente na Hungria, onde o primeiro-ministro Viktor Orbán explorou a crise para ganhar poder quase absoluto indefinidamente. Da mesma

forma, na esfera económica, a desigualdade está a aumentar ao lado do surgimento de novos monopólios globais, e a pandemia colocou em relevo os efeitos do mundo real das atuais disparidades de renda e riqueza.

Esses desenvolvimentos requerem abordagens não convencionais à governança. A pandemia, o estado de necessidade e as suas consequências, criou espaço para novas ideias, mesmo que protagonizadas pelos defensores dos equilíbrios existentes. Vidé, a renda básica universal.

A analogia de Bretton Woods não é perfeita e os cinco itens da agenda descritos aqui não são suficientes nem exaustivos. Ao contrário do período pós-guerra, o mundo de hoje não tem um vencedor claro, consenso sobre economia política ou forte desejo global de paz e estabilidade após décadas de turbulência. No entanto, como nesse período, há um claro desfasamento entre a natureza e a escala de nossos desafios e o design e a capacidade do atual regime de governação global. À medida que emergimos de outro choque no sistema global e seguimos um novo caminho de mudança económica, social e tecnológica, precisamos urgentemente atualizar o modelo de governança, de regulação e de liderança. Assim como na economia industrial do pós-guerra, precisamos de um modelo do tipo Bretton Woods que mitigue as implicações negativas da revolução digital e leve a uma nova era de prosperidade compartilhada e saúde pública.

Rohinton P. Medhora é presidente do Centro de Inovação em Governança Internacional (CIGI).

Taylor Owen é Presidente de Mídia, Ética e Comunicação da Escola Max Bell de Políticas Públicas da Universidade McGill.

Fonte: Project Syndicate

PORQUE É QUE ESTA PANDEMIA É DIFERENTE?

Desde falhas de liderança até o surgimento de teorias da conspiração, a crise do COVID-19 assemelha-se a pandemias passadas de inúmeras maneiras. No entanto, é provável que quebre o padrão histórico – e talvez fatídico –: em vez de diminuir a ordem estabelecida, é provável que reforce as tendências que nos levaram a esse ponto.

TEL AVIV – Muito antes de pessoas e bens atravessarem o mundo sem parar, as pandemias já eram uma característica inevitável da civilização humana. E a tragédia que eles trazem tendia a ter um lado positivo: percebidos como eventos meta-históricos misteriosos, surtos de doenças em larga escala destruíram crenças e abordagens antigas, anunciando grandes mudanças na conduta dos assuntos humanos. Mas a pandemia do COVID-19 pode quebrar esse padrão.

De muitas maneiras, a atual pandemia parece-se muito com anteriores fenômenos epidêmicos. Para iniciantes, previsíveis ou não, surtos de doenças sempre apanharam as autoridades desprevenidas – e as autoridades muitas vezes falharam na resposta rápida e eficaz aos acontecimentos.

Albert Camus retratou essa tendência no seu romance *A Peste*, e o governo da China seguiu o padrão quando inicialmente suprimiu informações sobre o novo coronavírus. O presidente dos EUA, Donald Trump, fez o mesmo quando, no mês passado, minimizou a ameaça, comparando o COVID-19 com a gripe sazonal.

Como disse um funcionário do romance de Camus, a praga não passa de "um tipo especial de febre".

A falta de previsão dos líderes geralmente deixa as pessoas com apenas uma defesa real contra surtos de doenças: distanciamento social. Como Daniel Defoe observou no livro *A Journal of the Plague Year*, sobre as suas memórias do surto de peste bubónica, em Londres, em 1665, o governo municipal proibiu eventos e reuniões, fechou escolas e impôs quarentenas forçadas.

Quase dois milénios antes da Grande Peste de Londres, durante a epidemia que matou pelo menos um terço dos atenienses perto do final da Guerra do Peloponeso, o historiador grego Tucídides observou que, se as pessoas contactassem com os doentes, "perderiam a vida". Como resultado, muitos "morreram sozinhos" e os costumes funerários foram "confundidos". E, devido ao alto número de mortos, os mortos eram frequentemente "enterrados de qualquer maneira possível".

Durante a crise do COVID-19, confinamentos e outros protocolos de distanciamento social impediram as pessoas de visitar os seus entes queridos moribundos e condicionaram as tradições funerárias. Na China, as famílias são encorajadas a enterrar seus mortos de maneira rápida e silenciosa. Imagens de satélite mostram valas comuns a serem escavadas no Irão. As autoridades da cidade de Nova York também aumentaram os enterros em massa, destinados a quem não tem parentes próximos ou famílias que possam pagar um funeral. Alguns cemitérios em Londres ficaram sem sepulturas.

Outro paralelo entre a atual pandemia e as antecessoras é a tendência para adotar paliativos experimentais. Durante a pandemia da chamada gripe espanhola há um século, os cientistas culpavam as infecções bacterianas e projetaram os tratamentos de acordo com essa visão. Sabemos agora que a gripe é causada por um vírus; nenhuma vacina bacteriana poderia proteger os cidadãos.

Obviamente, os investigadores que trabalham com o COVID-19 têm uma compreensão muito mais avançada da doença. Porém, enquanto aguardamos uma cura ou vacina sob medida, os antivirais existentes – como os usados há muito tempo para malária – estão a ser testados, com resultados variados. O uso de um desses medicamentos, a cloroquina, levantou preocupações depois de alguns pacientes que o receberam revelarem consequências cardíacas.

E há também as curas falsas que invariavelmente surgem – “pílulas preventivas infalíveis”, como Defoe as chamava. Hoje, charlatães – auxiliados pelas redes sociais – fizeram alegações igualmente falsas e perigosas, sugerindo que qualquer coisa, desde cheirar cocaína a beber água sanitária, pode proteger contra o COVID-19. O próprio Trump apontou a hidroxicloroquina como uma potencial receita milagrosa, apesar da falta de testes – o que levou um casal norte-americano a automedicar-se. O marido morreu; a mulher quase não sobreviveu.

A interrupção económica causada pelo COVID-19 também tem muitos antecedentes. A Peste Antonina do século II causou uma das mais graves crises económicas da história do Império Romano. A Praga de Justiniano – que entrou em

erupção inicialmente em 541-542 e se repetiu intermitentemente por dois séculos - fez o mesmo com o Império Bizantino.

As epidemias não apenas devastam as economias, mas também acentuam as desigualdades sociais, aprofundando ainda mais a desconfiança nos equilíbrios existentes. As doenças podem não discriminar entre ricos e pobres, mas os impactos fustigam sempre mais os pobres e marginalizados mais vulneráveis. Maquiavel, que testemunhou e provavelmente morreu durante a praga de Florença em 1527, viu o surto como o resultado direto do erro.

Outros veem as epidemias através das lentes das teorias da conspiração. Marco Aurélio culpou os cristãos pela praga de Antonino. Na Europa cristã, a Peste Negra do século XIV foi atribuída aos judeus.

Os culpados imaginados por trás da crise do COVID-19 incluem radiação da tecnologia 5G, militares dos EUA, militares chineses e - não é surpresa - judeus. Os media controlados pelo estado do Irão alertaram as pessoas para não usarem a vacina desenvolvida por cientistas israelitas. As publicações na Turquia e na Palestina definiram o COVID-19 como uma arma biológica israelita. Os supremacistas brancos na Áustria, Suíça e EUA culparam o milionário e filantropo judeu George Soros pela pandemia, por gerar oportunidades de negócio.

Apesar dessas semelhanças, é provável que a pandemia do COVID-19 seja diferente das outras: é improvável que coloque em causa a ordem estabelecida.

As pragas de Antonino e Justiniano incentivaram a propagação do cristianismo por toda a Europa. A Peste Negra levou as pessoas a uma visão menos religiosa e humanística do mundo - uma mudança que levaria ao Renascimento. A gripe

espanhola provocou levantes, greves trabalhistas maciças e protestos anti-imperialistas; na Índia, onde milhões de pessoas morreram, isso ajudou a galvanizar o movimento de independência.

A pandemia atual, por outro lado, tem mais probabilidades de reforçar três tendências pré-existentes e altamente destrutivas: desglobalização, unilateralismo e capitalismo de vigilância autoritário.

Quase imediatamente após a eclosão da pandemia, surgiram os pedidos para reduzir a dependência das cadeias globais de valor – já tinham ganho força antes da crise. Os esforços da União Europeia para elaborar uma estratégia comum expuseram novamente as antigas divisões do bloco. Trump decidiu agora suspender o financiamento dos EUA alocado para a Organização Mundial da Saúde. E, sob o disfarce da luta pela vida, autoridades da China ou da Rússia estão a limitar além do aceitável as liberdades e a invadir a privacidade pessoal.

As duas guerras mundiais mostraram que uma ordem global organizada em torno do nacionalismo egocêntrico é incompatível com paz e segurança. A pandemia destacou a necessidade urgente de um novo equilíbrio entre o estado-nação e as instituições supranacionais. A não ser assim, as devastações como as provocadas pela COVID-19 só aumentarão.

Shlomo Ben-Ami, antigo ministro dos negócios estrangeiros de Israel e Vice-presidente do Centro Internacional para a Paz de Toledo.

Fonte: Project Sydicate

“Pregadores de ambos os sexos, dizem-nos como devemos limpar os nossos costumes, abandonar o consumismo, reconciliar-nos com a natureza que tanto nos ama, renunciar aos caprichos do “eu” e nos entregar aos deveres do “nós”. Falam no plural - "precisamos mudar, não podemos continuar ..." -, mas é evidente que eles se referem a outros, porque estavam sempre preparados para o santo Advento, prontos para quando a praga provasse que estavam certos. Cantam hinos ao público, de cuja necessidade é difícil duvidar, com ou sem peste, mas abominam os empreendimentos privados que agora estão-se a revelar indispensáveis à salvação social. Se são tontos, nascem com alças. Como seremos e estaremos depois da pandemia, além de muito mais pobres? Espero que tenhamos aprendido a reclamar menos e a desfrutar mais. Ou como Marta Sánchez, uma pensadora mais perspicaz que Agamben e Zizek, disse: "Espero que não tenhamos medo de ser os mesmos de antes".

Fernando Savater, escritor e filósofo espanhol.



<http://w3.patrimoniocultural.pt/dims2020/digital/>

